

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RE nos EDcl no AgRg nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.231.405 - SC (2018/0005645-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
EMBARGANTE : ALFREDO FLÁVIO GAZZOLLA
ADVOGADO : RENATO CHAGAS RANGEL - RJ148658
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de embargos de declaração opostos por ALFREDO FLÁVIO GAZZOLLA, suscitando seja declarada extinta a punibilidade pela ocorrência da prescrição.

Eis o pleito (fl. 1.288):

ANTE O EXPOSTO, decorridos quase 04 (quatro) anos desde a publicação da sentença de primeiro grau (30/09/2015) – lapso consumado em relação ao Réu ALFREDO FLÁVIO GAZZOLLA em 30/09/2017 – sem que tenha ocorrido interrupção do prazo prescricional, o Recorrente/Embargante ALFREDO FLÁVIO GAZZOLLA requer, respeitosamente, seja suprida a omissão apontada, com o reconhecimento e a declaração da extinção da pretensão punitiva, em virtude da prescrição, na forma do art. 107, IV, do Código Penal.

O pedido, contudo, é manifestamente incabível.

Com efeito, não obstante tratar-se de embargos declaratórios, via integrativa por excelência, não se dirige o recurso a nenhuma das decisões proferidas pela Vice-Presidência desta Corte.

Some-se a isso a constatação de que a prestação jurisdicional que cabia a esta Vice-Presidência já foi devidamente prestada, tendo sido negado provimento ao agravo regimental (fls. 1.292/1.301), interposto contra a decisão de negativa de seguimento ao Recurso Extraordinário, cujo acórdão transitou em julgado em 04 de outubro de 2010 (fl. 1.312).

Ante o exposto, nada há a deferir.

Baixem-se os autos.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente